

# Mas a correção cambial ficará mais alta

Um expurgo de 3 a 5 pontos de porcentagem nos índices de correção salarial, correção monetária e correção cambial, de uma só vez, está praticamente decidido, podendo ser aprovado nas próximas horas, para divulgação até segunda-feira. Ainda havia dúvidas principalmente quanto à correção cambial, que poderá ter um expurgo menor, devido à sua importância para a manutenção do ritmo das exportações. As informações são de fonte próxima à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dando conta de que o presidente Figueiredo, na quarta-feira, deu sinal verde ao ministro Delfim Neto para incluir o expurgo das correções no pacote econômico.

A intenção das autoridades, segundo se soube, é de proceder a um expurgo com base técnica, em oposição à aplicação de um redutor "político". Dessa forma, o expurgo equivaleria somente à incidência dos reajustes de preços em face da retirada de subsídios. Ou seja: para um reajuste por exemplo de 50% em média nos preços do trigo, dos derivados de petróleo e do açúcar, e uma inflação, fora esses produtos, de 10%, haveria um expurgo em média de 40% somente sobre os itens específicos.

Os expurgos deverão atingir, portanto, o INPC, o IGP e o IPA, respectivamente os índices que dão base para a correção salarial, a correção monetária e a correção cambial.

Para expurgar o INPC, por exemplo, deverá ser verificada a incidência dos derivados de petróleo, do trigo e do açúcar no indicador, o que representaria, numa análise grosseira, 13,71%. Aí estão incluídos os itens açúcar e derivados, combustíveis, transporte público, féculas e massas, pães e panificados, alguns dos quais, entretanto, sofrem apenas parcialmente os efeitos dos aumentos das matérias-primas básicas. O item transporte público, por exemplo, cujo peso no INPC é de 5,3%, deve ser influenciado exclusivamente pelo aumento da gasolina, em cerca de 30%, segundo cálculo de um especialista em preços. Portanto, o expurgo, sendo exato esse cálculo, seria da ordem de 44,8% (o aumento do preço da gasolina) de 1,59% (30% dos 5,3%), ou 0,71%.

## Correção cambial

No caso da correção cambial, é provável que o expurgo tome como base somente alguns dos itens que sofreram violentos reajustes em face da redução dos subsídios, como a gasolina. Dessa forma, a correção cambial poderia ser maior do que a monetária e a salarial, o que atenderia os objetivos de preservar o estímulo à exportação.

Se a correção cambial for diferente da monetária, será preciso alterar a Resolução 802, pela qual o Conselho Monetário Nacional nivelou o IGP (Índice Geral de Preços) às duas correções — monetária e cambial. Nesse caso, seria necessária nova decisão do CMN, para suspender por 30 dias, por hipótese, o cumprimento da 802.

## Problemas

A serem confirmadas as informações, economistas mostram alguns riscos que o governo deve evitar na regulamentação do expurgo. Um desses riscos diz respeito aos preços. "Uma redução de 4 a 5 pontos de porcentagem, em um só mês, é viável com base nas estruturas do INPC, do IPC e do IPA — afirma um renomado especialista em preços. Porém é essencial que as autoridades não ampliem o expurgo, como poderiam fazer se tentassem verificar as influências do fim dos subsídios em itens afins, como o do peso do açúcar nos refrigerantes. Convém que o expurgo tenha de fato uma base técnica.

## Índices

Outro especialista, o professor José Júlio Senna, da FGV e do Escritório Levy, adverte para três riscos: 1) a necessidade da preservação dos índices normais, sem qualquer expurgo; 2) o acompanhamento do expurgo por "um verdadeiro ajustamento da economia"; e 3) a conveniência de que todos os ajustes sejam instantâneos.

— Não se pode deixar de calcular os índices verdadeiros — argumenta Senna — para que se saiba qual a verdadeira inflação. E, se o expurgo for feito de uma só vez, não será possível retirar paulatinamente os subsídios. Isto pressupõe a retirada imediata de todos os subsídios, o que entretanto é forte demais.

Para Senna, entretanto, o mais importante diz respeito às medidas complementares ao pacote: "Seria absurdo — afirma — promover qualquer tipo de desindexação sem um verdadeiro ajustamento da economia. Ou seja, não só com a retirada dos subsídios diretos mas também os indiretos à agricultura e exportações, eliminando-se ainda pontos de desequilíbrio como o Aviso GB-588 e o déficit no custeio e principalmente nos investimentos das estatais".

## Controle do déficit

O economista Edy Luiz Kogut, também da FGV e diretor da corretora Omega, argumenta numa linha semelhante: "O expurgo é feito de modo a que todos paguem a conta, evitando-se a recuperação do poder de compra assegurada pela indexação plena. Mas o que causou os aumentos iniciais? Há embutida na economia — mostra — uma inflação que não é só devido ao aumento dos custos em face da retirada dos subsídios. Se não forem corrigidas as verdadeiras causas da inflação, não adianta fazer somente o expurgo. Além de atuar sobre a **realimentação**, é preciso agir sobre a **alimentação** dos preços, pois em caso contrário é possível uma repetição da situação de 1980. Uma queda na taxa de juros tem de ser compatível com a queda de pressão do déficit público e da expansão monetária, porque os juros não devem cair às custas do aumento da oferta de moeda".